

Parecer nº 145/98

Data: 1998.11.04

Processo nº 471

Requerente: Pedro Manuel Fragueiro.

I - Os Factos

O Requerente solicita o acesso a "relatórios médicos de exame de sanidade" para "junção a um processo disciplinar", aberto a um militar, por acidente de viação, em que age como instrutor.

II - O Direito

1. O conhecimento dos elementos clínicos é essencial para o desenvolvimento do procedimento e decisão disciplinar, impondo em princípio a colaboração das entidades administrativas hospitalares. Estamos perante uma situação que foge à *ratio legis* da intermediação médica.
2. O instrutor do processo disciplinar solicita não apenas a informação documentada estritamente referente ao acidente e suas consequências mas em geral os dados da "sanidade" do sinistrado. Tal não pode, porém, à partida, considerar-se ilegítimo, porquanto as predisposições subjectivas podem implicar consequências casuísticas não normais, com relevância para a agregação e ponderação dos factos sujeitos a sanção.
3. De qualquer modo a abertura total do parecer clínico, pelos riscos que tal abrangência comporta no plano do eventual conhecimento de elementos da vida íntima de um terceiro, muito possivelmente não relevantes, parece de afastar. É prudente adoptar uma solução eclética, mais conforme com a razão

de ser da norma legal de protecção da vida pessoal perante os particulares e os poderes públicos.

Parecer:

Assim, a Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos (CADA) é de parecer que:

- a) em relação aos dados do processo clínico da vítima do acidente directamente relacionados com o mesmo e outros envolventes médicos que claramente possam ter tido influência nas consequências do mesmo ou na sua evolução, o instrutor receba fotocópia do relatório ou partes do mesmo que se lhe refira;
- b) em relação a outros dados clínicos, eventualmente existentes no processo hospitalar, que não sejam pertinentes em face do critério, atrás exposto, da existência ou não de utilidade para o enquadramento global da responsabilidade do condutor, não se reconhece interesse funcional legítimo no seu conhecimento, pelo que os mesmos não devem ser comunicados, utilizando-se eventualmente a técnica do sombreamento.

Aprovado na sessão da CADA de 4 de Novembro de 1998.

Castro Martins (Presidente) - José Magalhães - Silva Marques - Narana Coissoró - João Figueiredo - Vasco Almeida - Francisco de Brito - Branca do Amaral